



**Ata da 146ª Reunião Ordinária da  
Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM)  
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.**

**Data: 13 de outubro de 2020, às 13:30hs.**

**Endereço virtual da reunião:**

**<https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>**

1 Aos 13 de outubro de 2020, às 13h30min, endereço virtual da reunião:  
2 <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, reuniu-se a URC –  
3 Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas, no Auditório da Supram Norte de  
4 Minas - Rua Gabriel Passos, 50, Centro, Montes Claros/MG. Participaram os seguintes  
5 membros Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente: Yuri Rafael de Oliveira  
6 Trovão, - indicado formalmente pelo Presidente; Secretaria SEAPA: Titular: Sérgio de  
7 Oliveira Azevedo; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE:  
8 Titular: Benigno Antônio Oliva Santos; Instituto de Desenvolvimento do Norte e  
9 Nordeste de Minas Gerais - Idene; Titular: Márcia Genoveva Rafael Versiani; Secretaria  
10 de Estado de Infraestrutura - SEINFRA: 2º Suplente: Leander Efrem Natividade;  
11 Empresa de Pesquisa e Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG: Titular: Polyanna  
12 Mara de Oliveira; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE: José  
13 Renato Dias; Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG: 2º Suplente: 1º  
14 Sargento PM Leandro Marques de Souza Tavares; Conselho Regional de Biologia 4ª  
15 Região – CRBio-04: 1º Suplente: Sabrina Santos Silva Rodrigues; Ministério Público de  
16 Minas Gerais -MPMG: Titular: Daniel Piovanelli Ardisson; Prefeitura Municipal de  
17 Montes Claros; 2º Suplente: Vinicius Queiroga Silva; Federação das Indústrias do  
18 Estado de Minas Gerais - FIEMG: 2ª Suplente: Laila Tupinambá Mota; Federação da  
19 Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG: Titular: Juvenal Mendes Oliveira;  
20 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais –  
21 FEDERAMINAS: 2º Suplente: Dirceu Martins; Sindicato dos Produtores Rurais ;de  
22 Montes Claros: Titular: Hilda Andrea Loschi; Grupo Unido Filhos do Novo Chico –  
23 GRUFINCH: Titular: Edmundo Barbosa Nepomuceno; Agência de Desenvolvimento  
24 Local, Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha – MG – ADISC: Titular: Rosimeire  
25 Magalhães Gobira; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM:  
26 Titular: Álvaro Alves Carrara; Instituto de Ciências Agrárias – Campus Montes Claros –  
27 ICA/UFMG: Titular: Rúbia Santos Fonseca; Faculdade Santo Agostinho de Montes  
28 Claros – FASAMOC: 2º Suplente: Wesley Maia de Souza; ; Ordem dos Advogados do  
29 Brasil – OAB/MG: 2ª Suplente: Henrique Tondineli Neto. Estiveram também presentes  
30 Clésio Cândido Amaral, Superintendente da SUPRAM NM, e Técnicos da SUPRAM  
31 NM.

32 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

33 Yuri Rafael Trovão declara aberta a 146ª RO da Unidade Regional Colegiada do Norte  
34 de Minas do Conselho de Política Ambiental, em 13 de outubro de 2020, às 13h40min.  
35 Convidados para ouvirem o Hino Nacional.

36 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

37 Hino Nacional Brasileiro

38 **2. Abertura pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental**  
39 **e Presidenteda URC NM, Dr. Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto.**



40 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão** lê o Memorando.SEMAD/GAB -.nº 160/2020:“Para  
41 os Conselheiros da Unidade Regional Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual  
42 de Política Ambiental (Copam)Presidência da 146ª Reunião Ordinária da Unidade  
43 Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual de Política  
44 Ambiental (Copam), a realizar-se no dia 13/10/2020. Senhores Conselheiros, diante da  
45 impossibilidade de comparecimento do Titular e Suplente, representantes do Sistema  
46 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos junto à Unidade Regional Colegiada  
47 Norte de Minas - URC NM, conforme composição estabelecida pela Deliberação  
48 Copam nº1.559 de 6 de abril de 2020, indico o Sr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, para  
49 presidir a 146ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, que  
50 será realizada no dia 13 de outubro de 2020, às 13h30min, inteiramente digital,  
51 seguindo a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19, além das demais normas  
52 relacionadas às ações de combate à pandemia gerada pelo novo  
53 Coronavírus.Atenciosamente, Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto - Secretário  
54 Executivo do Copame Presidente da URC NM”. Passa ao item seguinte da pauta.

### 55 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

56 O **Presidente** questiona se algum Conselheiro deseja manifestar-se. Passa a palavra a  
57 Guilherme Friche.

58 **Guilherme Friche**, da Assessoria de Gestão Regional SEMADE, diz que, na última  
59 reunião da URC Norte de Minas, fez uma apresentação a respeito da política pública  
60 regionalizada em que apresentou alguns elementos da estrutura do SISEMA, falando  
61 um pouco do planejamento governamental, do planejamento estratégico; falou também  
62 de alguns instrumentos de apoio à gestão ambiental, falou dos projetos em  
63 desenvolvimento pelo SISEMA, algumas ações que vinham sendo desenvolvidas pela  
64 Assessoria de Gestão Regional sob a ótica de promoção da política pública  
65 regionalizada. Lembra que disponibilizou, na época, um link, para acesso ao  
66 questionário de identificação das prioridades regionais segundo o ponto de vista dos  
67 Conselheiros da Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas. Diz que receberam  
68 algumas respostas, porém ainda estão esperando que alguns Conselheiros acessem o  
69 questionário para que façam a identificação dessas prioridades. Pede que os  
70 Conselheiros que ainda não puderam acessar o questionário que o façam, para que se  
71 possa fazer a identificação. Diz que a Assessoria de Gestão Regional vai tratar essas  
72 prioridades que os Conselheiros vão elencar e se vai dar continuidade a essa discussão,  
73 essas tratativas, nas próximas reuniões da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas.  
74 Informa que vai disponibilizar o link para acesso ao questionário no chat e vai  
75 encaminhar para a secretaria executiva enviar para os Conselheiros por e-mail, além do  
76 material que foi utilizado na apresentação da última reunião. Diz que fica à disposição  
77 para quaisquer esclarecimentos e no chat haverá o link para acesso ao questionário.O  
78 **Presidente Yuri Trovão** agradece ao Guilherme Friche e confirma que o link será  
79 disponibilizado no chat e posteriormente encaminhado aos Conselheiros. O  
80 **Conselheiro Dirceu Martins**, apresenta-se com Engenheiro Agrônomo, está na  
81 Gerência Regional do Sistema FAEMG/SENAR em Montes Claros, e é representante da  
82 FEDERAMINAS. Cumprimenta todos os Conselheiros e diz de sua enorme satisfação  
83 por estar participando deste Conselho de suma importância para nossa sociedade.  
84 Participa da primeira reunião com muita satisfação e orgulho.O **Presidente** dá boas  
85 vindas a \conselheiros e deseja que tenha uma atividade profícua neste Conselho. Não  
86 havendo mais manifestações, passa ao item seguinte da pauta.



87 **4. Exame da Ata da 145ª RO de 11/08/2020.**  
88 O **Presidente** questiona se há destaques em relação à ata. Pede ajuda à secretaria pois  
89 não consegue observar se há algum destaque de Conselheiros.  
90 O **Conselheiro Daniel Piovanelli**, representante do Ministério Público, pede uma  
91 retificação a uma menção que foi feita ao Ato Normativo que o Ministério Público cita  
92 para abstenção. Diz que constou sua referência ao Ato Normativo 12 de 2020, na linha  
93 736, mas, na verdade o Ato é o Ato nº2. O **Presidente** diz que fica registrada a  
94 retificação do Conselheiro Dr. Daniel. Não havendo mais manifestações, coloca em  
95 votação a Ata da 146ª RO de 11/08/2020. Inicia a votação:  
96 SEAPA: Sérgio, favorável; SEDE: Benigno, ausente; IDENE ausente; SEINFRA:  
97 Leander, favorável; EPAMIG: Poliana, favorável; SEDESE: José Renato,  
98 favorável; PMMG: Sargento Leandro, favorável; CRBIO 4: Sabrina, favorável;  
99 MPMG: Dr. Daniel, favorável, com a retificação; Prefeitura Montes Claros: Vinicius  
100 Queiroga, favorável; FIEMG Laila, favorável; FAEMG: Juvenal, favorável (votou pelo  
101 chat); FEDERAMINAS: Dirceu Martins, favorável; Sindicato dos Produtores Rurais:  
102 Hilda, favorável; GRUFINCH: Edmundo favorável; ADISC: Rosimeire ausente; CAA:  
103 Álvaro Carrara, favorável; ICA/UFMG: Rúbia, ausente; FASAMOC: Weslei, favorável;  
104 OAB: Henrique, favorável. Diz que, na reunião, a OAB foi representada pelo Dr. Paulo  
105 Renato de Oliveira, titular. O **Presidente** questiona se os que estavam ausentes se  
106 fizeram presentes. Apura **17 votos favoráveis**, com o destaque feito pelo Conselheiro  
107 Daniel Piovanelli.  
108 **5. Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Apresentação: SEMAD.**  
109 O **Presidente** chama para apresentação o representante da SEMAD.  
110 **Daniel dos Santos Gonçalves**, da SEMAD, diz que a intenção de fazer essa  
111 apresentação é de fazer um panorama do SLA tendo em vista que o sistema já está no ar  
112 há quase um ano e já foram licenciados quase 5.000 empreendimentos por meio do  
113 sistema. Já se têm resultados bem interessantes. É um sistema que continua em  
114 desenvolvimento na Secretaria. A usabilidade dele cada vez se estende mais. Os órgãos  
115 de Controle, o Ministério Público, por exemplo, já tem acesso ao sistema. Os  
116 Conselheiros, boa parte já tem acesso, manifestaram interesse e já se providenciou  
117 acesso. Diz que têm intenção em acesso até os servidores do IBAMA e outros órgãos  
118 públicos que queiram adentrar os dados de forma mais detalhada dos processos de  
119 licenciamento ambiental tramitados no estado. Diz que vai abrir uma apresentação.  
120 Informa que está lotado na Diretoria de Estratégia e Regularização e Articulação com  
121 Órgãos e Entidades Intervenientes à SEMAD, com a parte da utilização de processos  
122 principalmente fica-se com grande atribuição nesse sentido. Como vem sendo feito em  
123 todo Brasil, Minas Gerais adotou, a partir de 2016, uma série de ações, e, no que se  
124 refere a licenciamento ambiental, a racionalização de processos, a eliminação de etapas  
125 burocráticas, ela conseguiu ser alcançada com o lançamento do Sistema de  
126 Licenciamento Ambiental, que aconteceu no dia 04 de novembro do ano passado. A  
127 partir do lançamento desse sistema, conseguiu-se alcançar uma série de benefícios,  
128 arrecadadas mais de 10 milhões de taxas, dando mais segurança jurídica para quem paga  
129 e para o órgão ambiental no cumprimento da legislação; mais de 5.000  
130 empreendimentos já foram licenciados. Atualmente se tem um prazo médio de análise,  
131 incluindo os simplificados, de 14 dias. Em termos de celeridade, é o mais célere do  
132 Brasil. Só o Espírito Santo, que tem 19 dias, vem em segundo lugar. Explica que,  
133 dependendo da modalidade, há um prazo maior. Como o LAS/Cadastro é boa parte da



134 extensão dos processos, está-se realmente com o prazo bem reduzido principalmente  
135 pela eliminação de etapas. Antes movimentavam-se pastas físicas entre os vários setores  
136 das regionais, entre regionais, buscando o trabalho de algum analista que tivesse alguma  
137 formação acadêmica específica, pois muitas vezes o Estado tinha dificuldade de  
138 uniformizar as equipes. Às vezes se tinha um profissional que analisa cavidades só na  
139 região Norte. O processo tinha que sair da Central, via carro, gastando combustível do  
140 estado, pasta física, para depois retornar para aquela unidade competente por decidir. O  
141 empreendedor tinha que entregar informações fisicamente. Isso exigia nada parte da  
142 sociedade como do órgão público alguns gastos que eram desnecessários. Quando se  
143 começa a cortar essas etapas que não fazem sentido, mera burocracia, os prazos tendem  
144 a cair bastante. Além disso, conseguiu-se realocar pessoas dentro do órgão ambiental,  
145 reduziu-se mais de 01 milhão de folhas de papel por ano; custos diretos com pastas  
146 (500.000). Os ganhos foram grandes. Diz que, quando se fala de licenciamento, tem-se  
147 que trabalhar na vertente econômica, social e ambiental. Na primeira entrega do sistema  
148 de licenciamento, ele tende a eliminar etapas burocráticas e trazer uma redução de  
149 custos. Mas continua-se a trabalhar na ferramenta para trazer mais efetividade em termo  
150 de participação social - algumas ferramentas têm-se desenvolvido nesse sentido - e  
151 também qualidade ambiental no pós-licenciamento. Vão-se trabalhar módulos de gestão  
152 de condicionantes, parecer eletrônico. Diz que isso está tudo sendo feito agora. É  
153 importante empreender o que já está entregue e todo o escopo do sistema que vai algum  
154 tempo para se fazer uma entrega robusta para o Estado contemplando as três vertentes:  
155 econômica, social e ambiental. Diz que a primeira onda de entregas é a questão  
156 econômica de redução de custos, eliminação de etapas e mais segurança jurídica. Toda a  
157 tramitação do processo de licenciamento acontece de modo uniforme  
158 independentemente da modalidade. Desenhando-se isso no sistema, dá-se mais  
159 segurança para quem tramita o processo e também para o empreendedor que aguarda a  
160 licença ambiental ao final do processo. Diz que o importante é ter-se a visualização do  
161 conceito que o SISEMA trouxe para o sistema eletrônico. Na verdade, criou-se uma  
162 plataforma que se denominou Portal Ecossistemas. Essa plataforma compreende todos  
163 os módulos que a partir de novembro do ano passado passam a ser eletrônicos. O  
164 sistema de licenciamento foi o primeiro desses módulos. O módulo de registro de  
165 categorias já foi lançado também pelo IEF. O sistema de outorgas é outro que está para  
166 lançamento também. O que há de comum nesses serviços ambientais é um cadastro  
167 único que antecede aos serviços, as pessoas físicas e jurídicas que se respondem pelo  
168 serviço que querem pedir de forma eletrônica. A vantagem de se ter o portal é se começa  
169 a conversar com as informações. Diz que, quando se fala em decisão, decisão gerencial  
170 e decisão de política pública, a informação ambiental é essencial tanto para a  
171 participação pública quanto para a decisão de processo. Quando se têm módulos que  
172 têm uma certa independência, mas também têm integrações, começa-se a ter um pulo de  
173 qualidade na análise dos processos. Essa é que é a ótica compreendida no Portal  
174 Ecossistemas. Como se fala de sistema de licenciamento é muito difícil de lançar um  
175 sistema eletrônico. Essa dificuldade acontece no país como um todo. Vários estados não  
176 têm processos eletrônicos, outros têm. Mas há uma grande dificuldade porque a  
177 legislação ambiental é muito dinâmica. O risco de se abraçar muito no início e sofrer  
178 uma atualização muito grande, perder seu trabalho, é algo que leva a quem faz um  
179 trabalho desse ter alguma cautela. A primeira cautela que se adotou em Minas é  
180 fracionar as fases. O sistema foi fracionado em cinco etapas. O que foi lançado em



181 novembro do ano passado foram as duas primeiras etapas, cadastros de pessoa física e  
182 jurídica, e que compreendem todo pedido, a caracterização, a análise e emissão da  
183 decisão do processo. Isso de forma totalmente eletrônica. O empreendedor faz o contato  
184 pela própria ferramenta. Muitas vezes as informações complementares que eram feitas  
185 de ofício, demoravam dias até chegar para ciência do empreendedor, no mesmo dia,  
186 muitas vezes, o empreendedor responde a informação. Isso otimiza muito a análise do  
187 processo, cai muito com os prazos do licenciamento tendo em vista essas ferramentas.  
188 Diz que são várias outras ferramentas que têm sido elaboradas nas etapas 3, 4, e 5.  
189 Quer-se trazer a figura do terceiro interessado à participação eletrônica da sociedade  
190 visualizando o georreferenciamento, conseguindo visualizar se o empreendimento está  
191 próximo à residência dela e ela conseguir se pronunciar. Tem-se elaborado parecer  
192 eletrônico, gestão de condicionantes ambientais, o próprio manejo de fauna eletrônico  
193 via SLA para os casos que têm vindo com o sistema de licenciamento. Há uma série de  
194 ferramentas sendo desenvolvidas pela equipe em coordenação da Diretoria que ele  
195 coordena com a equipe de TI de desenvolvimento da SEMAD. Diz que há muita coisa  
196 nova vindo para usabilidade e é importante que se compreenda essa nova lógica.  
197 Destaca que a primeira dificuldade que se tem der sistematizar o sistema eletrônico de  
198 licenciamento é a avaliação de impacto ambiental. No Brasil, em virtude do modelo  
199 francês, aqui ela é integrada com o processo de licenciamento. A avaliação de impacto  
200 americana é diferente. No Brasil ela é concomitante. Observa que é claro que há  
201 processos onde não se precisa da avaliação de impacto, o modelo autodeclaratório que é  
202 adotado no Ceará, Rio Grande do Sul, Amapá e outros. Em Minas Gerais se precisou  
203 formatar um processo administrativo que conseguisse permitir que as fases de avaliação  
204 de impacto, triagem, etc., sejam conjugadas com as fases do processo administrativo.  
205 Acontece um problema: as leis do processo administrativo não são adaptadas ao  
206 processo administrativo ambiental. O direito administrativo é do século XVIII e o  
207 ambiental é da década de 60 para frente. É preciso criar umas etapas do processo  
208 administrativo para que esse fluxo do processo eletrônico fique bem visível tanto pelo  
209 empreendedor, a sociedade, órgãos de controle como pelo órgão de análise do processo.  
210 Diz que se pegaram as fases do processo administrativo (se for olhar a legislação  
211 federal, Lei 9784, de 99; a lei de processo administrativo estadual, a 14.184, de 2002)  
212 tem-se quatro fases, macrofases: instalação, instrução, relatório e decisão final.  
213 Adaptaram-se essas fases para a realidade do processo administrativo ambiental, que é o  
214 licenciamento. Tem-se a primeira fase que é a caracterização/pré-análise, que são fases  
215 pré-processuais. Instaura-se o processo, começa-se a contar o prazo da legislação  
216 ambiental. Faz-se a vistoria, informações complementares, audiência pública, se for o  
217 caso de uma consulta pública, elabora-se um parecer opinativo, e a autoridade decide.  
218 Diz que se fez essa adaptação. Criou-se uma fase pré-processual. Muitas vezes os  
219 processos administrativos de licenciamento entravam com problemas formais, faltando  
220 páginas, erros crassos de não cumprimento de termo de referência. Quando se tem uma  
221 análise de conferência inicial do processo, a chance de ele entrar muito mais pronto é  
222 bem maior. Ganha-se na qualidade de tramitação do processo com esse faseamento do  
223 licenciamento ambiental. Observa que o que está hoje eletrônico é tanto a parte de  
224 planejamento na IDE. O empreendedor acessa o IDE, escolhe o território onde quer  
225 empreender com os atributos ambientais que lá estão alocados e consegue ter uma  
226 noção da rigidez do processo por lá e consegue escolher seu território e pedir seu  
227 licenciamento ambiental. Faz a requisição eletrônica, análise do processo eletrônica,



228 todos os esclarecimentos, até marcação de reunião eletrônica através do SLA. Há a  
229 emissão de um certificado onde já estão anexas as condicionantes ambientais. Há um  
230 QC de validação em campo. Um fiscal consegue verificar se naquele certificado foi  
231 emitido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. O empreendedor faz um  
232 *download* de seu certificado. Isso está tudo eletrônico. Está-se agora fazendo integração  
233 com a IDE. Modalidades, custos vão ser fornecidos de forma automática e, se o  
234 empreendedor precisar manusear seu *shape* na IDE/SISEMA, isso vai dar mais  
235 segurança para o empreendedor. Ou seja, a fase de triagem vai ser realmente  
236 automatizada e vai independe de ação do empreendedor prévia na fase de  
237 planejamento. Claro que ele pode fazer isso para conferir o resultado do sistema.  
238 Conforma se está partindo para a integração e, na medida que se integra com a  
239 ferramenta de gestão de informação oficial, IDE/SISEMA, começa-se a consumir  
240 informações da IDE e compartilhar as informações do licenciamento com a IDE  
241 também. Começa-se a ter um dinamismo da informação ambiental. Pode-se aproveitar  
242 informações já consideradas como oficiais pelo órgão, por exemplo, e o empreendedor  
243 consegue visualizar, por exemplo, quais empreendimentos estão ali ao seu entorno antes  
244 de pedir o licenciamento e a análise sinérgica cumulativa de impactos começa a  
245 melhorar e se tem mais chance de pegar fragmentações de processos. Isso está sendo  
246 desenvolvido agora no sistema. Por enquanto ainda a ideia está separada do SLA. Agora  
247 se está com essa ação de integrar essas duas principais ferramentas para aumentar a  
248 qualidade da informação e, conseqüentemente, da análise do processo. Diz que, quando  
249 se faseia a análise do processo, encontram-se três macroetapas que são a caracterização,  
250 a admissibilidade e trâmite processual. A caracterização é feita pelo empreendedor. Ele  
251 percorre dez etapas colocando uma série de informações. O FCE ficou eletrônico, não  
252 se fala mais de FCE. Percorre dez etapas, desde definição de competência, pela Lei  
253 Complementar 140 e pelo Decreto Federal 1437, de 2015, da DN 213, atualizada pela  
254 219, e outras legislações que fornecem a competência. É a primeira etapa. Além dessa  
255 primeira, ele percorre mais nove. Isso está a cargo do empreendedor antes que a  
256 solicitação dele entre para análise. Como hoje a taxa cobrada instituída pela Lei 22796,  
257 esse custo é cobrado dele de forma integral e previamente à prestação do serviço. Aí se  
258 tem uma segurança do valor cobrado de forma automática, gerado de acordo as  
259 respostas que ele forneceu nessa fase de caracterização. Assim que se faz uma análise  
260 inicial, a admissibilidade daquela requisição, corrige-se, se se tiver que corrigir ou  
261 aceita se estiver tudo certo. Forma-se o processo administrativo de licenciamento e  
262 inicia-se o fluxo de trâmite processual. A primeira etapa do empreendedor é fazer um  
263 cadastro no Portal Ecosistemas. Tem uma parte “Registre-se aqui”. Ele registra seu  
264 CPF que já tem uma ligação na Fazenda. O cidadão consegue acessar por aqui todas as  
265 informações do processo. Consegue acessar o *shapedo* empreendimento, não só  
266 informações documentais, consegue visualizar qualquer área do empreendimento que  
267 está sendo pedido para visualizar se sua propriedade está próxima ou não. Além disso,  
268 todas as informações estão públicas, estão acessíveis. Os documentos são inseridos de  
269 forma eletrônica e automática pelo empreendedor. Tem-se segurança de uma  
270 informação melhor. Tem-se trabalhado uma série de filtros de melhoria desses relatórios  
271 tanto para acesso da sociedade como por outros órgãos públicos. Os Conselheiros têm  
272 um acesso diferenciado, não conseguem somente ver o que está dentro do processo,  
273 conseguem enxergar tudo o que o empreendedor respondeu. Conseguem ver todo o  
274 trâmite do empreendedor, as respostas que ele forneceu e que deram origem ao processo



275 subsequentemente. O Ministério Público, os órgãos de controle têm esse acesso  
276 diferenciado. Quer-se estender esse acesso diferenciado para outros órgãos públicos  
277 para que todos os interessados tenham o mesmo nível de informação e contribuam com  
278 a decisão do processo. A decisão não é do órgão ambiental. É uma composição de  
279 interesses. Assim, é preciso que todos os atores tenham o máximo acesso possível às  
280 informações ambientais fornecidas dentro do processo. Informa que se tem uma fase  
281 inicial antes da formação do processo, que é o cadastro de pessoas físicas e jurídicas  
282 onde aquele CPF, se for uma fazenda que queira fazer uma atividade agrossilvipastoril,  
283 ou o CNPJ, se for uma indústria, ele aloca ali sua informação e, a partir daí, ele  
284 responde administrativamente pelo percurso do processo e das informações alocadas no  
285 sistema e pela licença ao final concedida. Tem-se essa fase que é uniforme para todos os  
286 serviços eletrônicos. Quando o sistema de outorga estiver lançado, o que deve acontecer  
287 ainda esse ano, salvo engano, ele também vai consumir do mesmo cadastro de pessoas  
288 físicas e jurídicas. O registro de categorias lançadas pelo IEF também consome do  
289 mesmo cadastro. E a SLA também. Essa pessoa se cadastra e a partir daí consome os  
290 serviços ambientais do estado que estão eletrônicos. Mostra imagem do sistema  
291 explicando que há as etapas que o empreendedor percorre. Diz que a vantagem é que, se  
292 se exercer 30 atividades, ele consegue inserir essas 30 atividades nessa fase de  
293 caracterização. Consegue-se visualizar tudo o que se está desenvolvendo, inclusive as  
294 dispensáveis de licenciamento saem no anverso do certificado de licença. Tem-se um  
295 olhar mais holístico para aquele certificado para saber tudo o que compreende ali. Diz  
296 que o custo é gerado automaticamente. O empreendedor coloca ciência em várias  
297 questões da legislação ambiental no sistema. Se ele estiver vedado por alguma  
298 característica do território, o sistema já o alerta sobre isso, já para a caracterização. Se  
299 tiver alguma restrição, o sistema notifica. Trabalha-se muito na ótica, o direito  
300 estrangeiro fala muito, de tirar o comando/controlado e de indução de comportamento  
301 nessa fase de caracterização. Trabalha-se com uma série de alertas para induzir  
302 determinada conduta, para o empreendedor enxergar isso antes de pagar uma taxa ou  
303 empreender em determinado território. Diz que nessa fase de caracterização se trouxe  
304 muito esse viés que foge muito do comando/controlado. Observa que se tem o intercurso  
305 do empreendedor de uma série de situações. Ele verificar se a competência é realmente  
306 da SEMAD; vai colocar todas as suas atividades; colocar o georreferenciamento do seu  
307 local; colocar todos os critérios locacionais incidentes; os fatores de restrição e vedação,  
308 e outros também, já que a DN17 traz um caráter exemplificativo, são alocados nessa  
309 fase. O empreendedor responde e o órgão ambiental afere essa resposta com a utilização  
310 da IDE. Há as exceções de modalidades. Existe uma tabela geral na DN 17, por  
311 exemplo art. 19, que fala que determinadas atividades não podem ser LAS/Cadastro. O  
312 sistema automatiza as modalidades. Independe do comportamento do servidor  
313 manualmente alterar determinada modalidade. O sistema faz isso automático. Decisões  
314 judiciais que já transitaram em julgado, foram homologadas, também estão  
315 compreendidas nessa modalidade. Frisa que o sistema tenta automatizar e deixar o  
316 mínimo possível para comportamento manual. Isso traz uma segurança para quem pede,  
317 para todos os atores do processo. Diz que, ao receber essa solicitação, o órgão ambiental  
318 faz uma análise de diversos fatores com base nas informações alocadas nessa primeira  
319 fase, por exemplo: se o empreendimento está regular, se está pedindo no lugar correto,  
320 se não é do município, se não é do IBAMA, se as taxas foram realmente quitadas.  
321 Observa que já se tem uma ligação na Fazenda e, assim que ele quita, já se consegue



322 visualizar isso. Não se precisa de comprovação de quitação de taxa. A Fazenda já  
323 comunica que aquele valor está quitado. Faz-se uma série de avaliações antes de se  
324 receber a solicitação. Dá-se uma ênfase para a ferramenta de geoprocessamento. Como  
325 se está fazendo uma integração IDE/SISEMA, vai-se conseguir abrir as camadas do  
326 IDE/SISEMA que serão utilizadas para definição de modalidade. Uma camada que já  
327 existe é a de licenças concedidas. Quando o empreendedor pedir seu licenciamento, já  
328 vai conseguir enxergar nessa ferramenta qual o rol de atividades no seu entorno, qual o  
329 local onde pode realmente empreender e a conexão dos impactos eventualmente que  
330 serão analisados pelo órgão ambiental. E o órgão ambiental consegue visualizar  
331 fragmentações ou não nessa ferramenta. Se o empreendedor, com o mesmo CNPJ,  
332 mesmo CPF pedem duas requisições diferentes e coloca desenhos próximos uns dos  
333 outros, já é um alerta que o órgão ambiental pode fazer uma fiscalização in loco para  
334 ver se se trata de um mesmo empreendimento ou não. Observa que já se conseguiu  
335 pegar nessa ferramenta fragmentações de processos. Frisa que a inserção de documentos  
336 é totalmente *on line* e os documentos que a legislação coloca como facultativos na  
337 formulação do processo já são identificados nessa fase de caracterização. Os outros que  
338 são obrigatórios, principalmente os estudos ambientais, não se consegue passar de fase  
339 de análise interna sem anexar todos eles. Isso já dá uma segurança para o órgão que está  
340 recebendo. Observa que os documentos são colocados pelos servidores da Secretaria.  
341 Todas as regionais têm uma uniformidade de tratamento da instrução do processo. Isso  
342 contribui para a segurança do empreendedor que pede. Observa que isso tem que evoluir  
343 muito no que tange à aferição documental e atualização, mas o sistema já dá essa  
344 possibilidade de monitorar as exigências dos processos com relação ao comportamento  
345 das diversas regionais e comparar esses comportamentos para as ações gerenciais nesse  
346 sentido. As taxas têm suas fontes devidamente identificadas. Para a taxa de expediente  
347 tem-se um DAE específico e também para a taxa de análise de EIA/Rima tem-se DAE  
348 específico. Quando a Fazenda recebe esse pagamento, tem-se certeza de que se está  
349 cobrando e o empreendedor sabe que está pagando e o órgão dá mais segurança dessa  
350 arrecadação. Assim que se pagou, passa-se para o ambiente de pré-análise e nesse  
351 ambiente se pode deferir a solicitação e o deferimento ocasiona uma formalização do  
352 processo. Se se indeferir essa solicitação, não se tem como aproveitar a taxa do  
353 empreendedor e ele pode peticionar através da Fazenda a restituição. Diz que se criou  
354 uma figura do Código Civil que é inépcia. Quando se coloca essa opção, o  
355 empreendedor consegue voltar à caracterização, corrigir alguma informação que estava  
356 errada e aproveita aquele valor que está pago. São erros sanáveis, onde não há má-fé do  
357 empreendedor. Consegue-se recuperar esse valor que ele pagou e Continua-se  
358 tramitando o processo. Isso dá celeridade, eficiência e também é uma ferramenta muito  
359 importante para o empreendedor que muitas vezes perdia o valor por alguns erros, e  
360 agora consegue corrigir na ótica eletrônica. Isso é muito importante na prática porque,  
361 quando se faz uma vistoria *in loco*, muitas vezes se identifica uma série de outras  
362 atividades que o empreendedor não colocou em sua requisição como passíveis de  
363 licenciamento. Como todas as atividades que ele coloca vão diretamente para o  
364 certificado de licença, consegue-se por essas ferramentas corrigir toda informação que  
365 está dentro do sistema antes da emissão do certificado, para que o certificado retrate  
366 realmente as informações que são reais de seu empreendimento. Essa solicitação pode  
367 virar ou não processo. Diz que se criou uma ferramenta que muito interessante, que  
368 garante certa segurança ao empreendedor. Exemplifica que o empreendedor anexou





369 todos os documentos, pagou a taxa e o órgão ambiental demorou 20 dias para fazer a  
370 análise de admissibilidade de sua solicitação. Se, no momento em que ele anexou, todos  
371 os documentos estavam corretos, à medida que o órgão ambiental analisa, ratifica e  
372 forma um processo, retroage-se o prazo na data em que ele inseriu o documento. Ele  
373 tem a segurança de que começou o processo naquela data. Diz que isso é importante  
374 porque se tem algumas figuras nos decretos, por exemplo a denúncia espontânea para as  
375 atividades agroindustriais, agrossilvipastoris, onde a data de formalização é essencial  
376 para quem está buscando a regularidade. Com essa ferramenta consegue-se dar  
377 segurança para quem pede. Observa que, quando o órgão ambiental decide pela  
378 formação de um processo, as decisões são diferentes. Pode-se deferir a licença ou  
379 indeferir ou arquivá-la. Diz que se criou uma nova ferramenta para invalidação do ato  
380 de formalização. Usou-se a lei de processo administrativo estadual para, quando se tem  
381 o processo formado e ainda há uma informação errada do empreendedor que não foi  
382 devidamente saneada na fase pré-processual, mas, sim, durante uma vistoria, durante a  
383 análise do processo, e aquela informação que ele colocou ainda está falha, o órgão  
384 ambiental consegue invalidar a formalização daquele processo, o empreendedor retorna  
385 ao início, corrige a informação. Assim que ele corrige, saneia e o processo retorna. Ele  
386 aproveita as taxas. É como se fosse o mesmo processo. Trabalha-se essa ferramenta  
387 como se fosse uma informação complementar. Diz que se criou esse tipo de ferramenta  
388 para que o processo eletrônico fosse viabilizado, porque, como se emite um certificado  
389 eletrônico, se a informação estivesse errada, não se conseguisse corrigir, não se  
390 conseguiria gerar um processo eletrônico, nem tramitar isso de forma célere. Observa  
391 que o número do processo de licença é diferente do número da solicitação e é  
392 importante ter essa compreensão. Nesse ambiente de análise tem-se uma série de  
393 ferramentas, as trocas de informações, contagem de prazo, o empreendedor é notificado  
394 quando prazo está acabando para a resposta. Há uma vantagem: se uma consultoria está  
395 prestando serviço dentro do sistema, os e-mails dos empreendedores também são  
396 notificados sobre os prazos e consegue ver se a consultoria está sendo diligente ou não  
397 com o processo para o qual foi contratada. Diz que se conseguiu por um *take*  
398 movimentar esse processo internamente, passar de uma SUPRAM para outra, consegue  
399 contribuição de analista de forma séria e utilizando-se os recursos humanos do estado  
400 que são tão limitados. Essas ferramentas possibilitam que as pessoas trabalhem mais  
401 processos, consegue-se fazer um fluxo maior, uma contribuição maior das regionais,  
402 profissionais alocadas em todo o estado; os documentos são inseridos a todo tempo; as  
403 decisões dos processos são feitas por aqui mesmo. Ao clicar no seu link, por exemplo, o  
404 analista consegue ver tudo o que já ocorreu, cadastro, informações da caracterização, os  
405 estudos ambientais, etc. Na tela de pendências se consegue gerar uma pendência  
406 simples, uma mera notificação, marcar uma reunião com o empreendedor; consegue  
407 gerar uma pendência de documento, apontar todo documento que tem que ser corrigido,  
408 a justificativa para essa correção, a data em que isso foi enviado, a data em que o  
409 empreendedor retornou, muitas vezes no mesmo dia, com o SLA; consegue alterar a  
410 modalidade do critério técnico e já se gera um DAE automático para o empreendedor  
411 pagar. Se sair uma decisão judicial no transcurso do processo, não se precisa voltar  
412 atrás. O técnico altera a modalidade, o empreendedor recebe o acréscimo do custo e já  
413 se tem o trâmite transcorrendo imediatamente. Consegue-se sobrestar o processo. O  
414 empreendedor pode pedir o sobrestamento. Existe uma funcionalidade para isso. Ele  
415 apresenta um cronograma de entrega, o órgão aceita. Há um fluxo para isso dentro do



416 sistema. Há essas modificações para o empreendedor. Os órgãos de controle também, a  
417 sociedade, conseguem ver se o empreendedor está sendo diligente entregando nos  
418 prazos. Frisa que o órgão pode até aceitar uma informação fora do prazo, o sistema  
419 permite isso para as questões que saem da rotina. Está-se, por exemplo, vivendo um  
420 momento de Covid, e os prazos, os processos administrativos haviam sido suspensos. O  
421 sistema estava contabilizando um prazo que o decreto estava suspendendo. O órgão  
422 ambiental poderia aceitar a informação desde que justifique que está aceitando em  
423 virtude uma outra legislação que está cobrindo aquele comportamento. Mas fica tudo  
424 registrado no sistema. As mudanças de modalidades acontecem durante todo o fluxo. As  
425 decisões finais são cadastradas, motivo, descrição das condições ambientais são  
426 alocadas no certificado. O empreendedor recebe o certificado e anexo a ele as  
427 condicionantes ambientais. Diz que há uma série de informações: de quem cadastrou,  
428 qual seu prazo de vigência; pode-se ter uma ampliação em que o prazo da licença vai  
429 acompanhar o prazo remanescente da licença principal de acordo com o Decreto 47383.  
430 Fala sobre a certidão de licença. Diz que se teve um ganho qualitativo nesse sentido.  
431 Nos primeiros três meses do sistema no ar, convocou-se o licenciamento e mais de 300  
432 empreendimentos se declararam autodispensáveis de licenciamento. Como agora se tem  
433 uma análise, uma aferição e a ferramenta geoespacial cobre *oshapede* empreendimentos  
434 mesmo dispensáveis em alguns casos, como aqueles que estão abaixo do limite mínimo  
435 da listagem da 217, convocou-se mais de 300 empreendimentos que estavam se  
436 declarando autodispensáveis de licenciamento. Diz que assim se aumenta muito o  
437 número de licenciamentos ambientais. Diz que se tem algumas dificuldades agora  
438 porque a entrada está sendo muito superior. A facilidade de se pedir o licenciamento,  
439 convocar empresas que antes eram dispensadas dá um trabalho extra. Apesar de o  
440 sistema ser bem célere, instigou-se a regularização ambiental. Os números mostram que  
441 o número de processos que estão tramitando é bem maior e cada vez mais tem havido  
442 mais pedidos de licenciamentos ambientais no estado de Minas. Destaca que a  
443 vantagem do sistema eletrônico é a uniformização. Todos os processos seguem o mesmo  
444 fluxo: caracterização, pré-análise, análise, emissão e decisão, tudo fica alocado no  
445 mesmo tipo de *layout*, o *design*, o formato de processo. Diz que estão com uma série de  
446 outras ferramentas em elaboração. Em caráter exemplificativo, diz que vão conseguir  
447 fazer autotutela de decisões já tomadas e fazer o registro de cada histórico dentro do  
448 sistema. São ações que devem sair ainda este ano, conforme a previsão. As  
449 condicionantes vão passar a ser geridas de forma eletrônica no sistema; controle de  
450 tempestividade, conteúdo e desempenho ambiental de forma mais aferida, utilizando o  
451 trabalho dos analistas que hoje têm que aferir uma série de papéis para aferir o pós-  
452 licenciamento. Com o parecer eletrônico, consegue-se ter um padrão de parecer. Isso  
453 está sendo desenvolvido. Alguns outros requerimentos como TAC, segunda via de  
454 certificado, estão sendo desenvolvidos. Está-se fazendo integração com IDE/SISEMA  
455 para consumir dados de lá e para eles receberem dados da SLA. Melhorias de  
456 usabilidade em Geral. Há muitas possibilidades que o sistema traz, por isso é um projeto  
457 de médio e longo prazo. Já se tem muitos benefícios, de ordem econômica  
458 principalmente. Diz que procurou fazer um resumo do que está disponível. Quem não  
459 tem acesso pode pedir pelos e-mails que está deixando. Diz que se faz orientação  
460 quanto ao acesso das buscas, das informações que eventualmente queiram. Devem estar  
461 cientes de que a cada momento podem surgir novas ferramentas, o que pode exigir um  
462 contato com sua Diretoria para orientá-los no sentido de que existe uma outra



463 ferramenta, uma nova informação disponível, outra forma de procedimento no estado.  
464 Destaca que se saiu definitivamente do processo físico para a seara eletrônica. Isso tem  
465 uma série de implicações mesmo na legislação. Até o decreto deixa de ser a Lei 14184  
466 e passa a ser o Decreto 47222 que regula o processo administrativo eletrônico. Há várias  
467 novidades. Seu papel hoje foi fazer de forma geral o sistema. Fica à disposição dos  
468 Conselheiros para eventuais dúvidas mesmo fora daqui. O **Presidente Yuri Trovão**  
469 agradece a Daniel a apresentação. Diz que o sistema eletrônico era um anseio dos  
470 servidores. Ele mesmo é do concurso de 2006, passou por outros sistemas que não  
471 deram certo. Vê o quão é bom esse sistema desenvolvido pelo Daniel, sua equipe, o  
472 pessoal de TI. Como servidor só tem que parabenizar a equipe por ter desenvolvido um  
473 sistema tão bom e pela transparência que isso vem dando aos trabalhos. Questiona aos  
474 Conselheiros se há alguma pergunta ao Daniel, alguma dúvida que possa ser esclarecida  
475 nesse momento. Diz que já perguntaram sobre a disponibilidade da apresentação feita  
476 pelo Daniel. Pede à secretaria, que depois entre em contato com Daniel, Geovana,  
477 Elisângela, para disponibilizar todas as apresentações para os Conselheiros. Mais uma  
478 vez questiona se há dúvidas. Pede que levantem a mão virtual ou mesmo a mão física  
479 para que consiga ver e dar a palavra. Não havendo questionamentos, agradece mais uma  
480 vez mais uma vez ao Daniel e pede que ele disponibilize a apresentação para ser  
481 repassada aos Conselheiros. Passa ao ponto seguinte da pauta.

482 **6. Municipalização do Licenciamento Ambiental: Curso EAD “Descentralização do**  
483 **Licenciamento Ambiental”. Apresentação: Semad.**

484 O **Presidente** informa que a responsável pela apresentação será Geovana Santos.  
485 **Geovana Santos** diz que é da Diretoria de Apoio à Gestão Municipal – DAGEM –  
486 diretoria que compõe a SUARA e por sua vez a SURAM. Informa que a DAGEM  
487 trabalha com a articulação das entidades e dos municípios para que se possa fomentar a  
488 descentralização da gestão ambiental. É a unidade que colabora com a missão da  
489 SURAM para promover uma gestão ambiental mais descentralizada, mais participativa,  
490 mais próxima do cidadão. Diz que, nos últimos tempos, tem atuado nessa frente de  
491 capacitação com os municípios assumindo as competências de licenciamento e, para  
492 isso aconteça de forma mais adequada, essa frente de capacitação é fundamental.  
493 Capacitam-se não só os municípios, mas as entidades atreladas a esses municípios como  
494 os consórcios. Destaca que há uma participação muito grande dos consórcios no  
495 licenciamento. Metade dos municípios que licenciam eles o fazem por meio de  
496 consórcios compartilhando a equipe técnica com outros municípios. A DAGEM busca  
497 articular essas entidades para promover melhor gestão ambiental. Além de capacitar, dar  
498 apoio técnico, tem três principais formas de atuação. A primeira é o apoio direto. A  
499 DAGEM tem um canal, o e-mail da DAGEM: [dagem@meioambiente.mg.gov.br](mailto:dagem@meioambiente.mg.gov.br). É um  
500 canal de acesso dos municípios à SEMAD. Diariamente respondem-se dúvidas de  
501 municípios que ainda não começaram a licenciar, mas também dos municípios que já  
502 licenciam, fiscalizam e querem tirar suas dúvidas. Não são dúvidas necessariamente  
503 relacionadas à DAGEM, mas dúvidas relacionadas ao sistema de meio ambiente. Nesse  
504 ponto ser faz articulação também. A outra frente de atuação seriam materiais de apoio.  
505 Trabalha-se com materiais tanto pré-disponibilizados aos municípios quanto para deixar  
506 armazenados no site do Meio Ambiente. É um site muito bom, e tem orgulho de falar  
507 isso porque esses sites atualizados, estruturados de governo são raros ainda em nosso  
508 país. E a SEMAD conseguiu ter esse site, como Daniel mostrou, que pode servir de  
509 acesso tanto para a população em geral como para públicos mais específicos. No site da



510 SEMAD há uma página específica da Municipalização onde se tem material de apoio e  
511 se está trabalhando para fornecer materiais cada vez mais robustos. Há ainda a frente de  
512 capacitação onde se trabalha principalmente com capacitações presenciais. Diz que  
513 Daniel falou um pouco do panorama do SLA. Integra não só na mesma área mas no  
514 mesmo sentido de tentar trazer o incremento da tecnologia para ofertar melhores  
515 produtos para o público, tanto para os empreendedores como para os municípios. Diz  
516 que a pandemia demanda uma mudança de paradigma. Tem-se o estado muito grande,  
517 com extensão territorial significativa, uma quantidade de municípios muito  
518 significativa, uma situação financeira e fiscal do estado que é sabida e é verificada para  
519 todos os entes da federação. Os servidores têm que ter mais eficiência, mais inteligência  
520 mesmo para implementar as políticas. A ideia de passar de capacitação presencial para a  
521 capacitação de forma *online* vem muito nesse sentido. Historicamente atendia-se uma  
522 média de 140 municípios/ano com as capacitações presenciais. Diz que estão na  
523 primeira turma da EAD, criada no dia 08 de setembro, esse se tem nessa turma 314  
524 municípios inscritos. Dobrou-se a quantidade de municípios atendidos. Com a  
525 mobilização de recursos ínfima perto da que se precisaria para ir presencialmente a cada  
526 um deles. Isso é muito significativo. Quando se pensa na quantidade dos municípios de  
527 Minas são 30% desse número. Defato se conseguiu chegar muito mais longe por causa  
528 desse tipo de ferramenta. O Curso de Descentralização do Licenciamento Ambiental é  
529 destinado aos municípios para trabalhar as principais competências e atribuições desses  
530 entes na regularização ambiental. É um curso introdutório. A ideia não é que se entre em  
531 situações muito específicas e em nível avançado mas que se faça uma espécie de  
532 melhoramento para a equipe técnica que vai ficar trabalhando nesses municípios ou para  
533 os municípios que irão assumir. Observa que não se destinou o curso apenas para os  
534 municípios que já licenciam mas para os municípios que gostariam de assumir essa  
535 competência. Diz que se fez uma campanha para que os Conselheiros municipais  
536 também participassem do curso. Fez-se uma ampla divulgação, de que vai falar mais a  
537 diante, e a ideia é alcançar o maior número de servidores, técnicos e gestores municipais  
538 sobre a temática. O curso tem carga horária de 30 horas. Foi primeiramente estruturado  
539 em três semanas, mas se decidiu no final da semana passada ampliar porque se  
540 receberam algumas inscrições. Viu-se que seria mais vantajoso que se tivesse maior  
541 número de inscritos nessa turma. O início foi realizado no dia 28 de setembro. Há  
542 módulos que tratam da temática do sistema de meio ambiente de forma geral, da  
543 descentralização, do processo de municipalização quanto módulos mais específicos  
544 como intervenção ambiental e licenciamento ambiental em Minas Gerais. O curso foi  
545 produzido pela inteiramente pela equipe interna da SEMAD, pela equipe da Diretoria  
546 com o apoio das outras duas Diretorias que fazem parte da Superintendência de Apoio à  
547 Regularização Ambiental. Diz que trouxe alguns recursos que se utilizaram. Trouxe  
548 alguns vídeos para reforçar os conteúdos também produzidos pela equipe, também  
549 trouxe indicação de outras literaturas em que o participante poderia aprofundar-se se  
550 quisesse entender melhor aquele tema. O curso tem uma avaliação de aprendizagem para  
551 emissão de certificado com requisitos mínimos de aprovação. Há também uma  
552 avaliação de satisfação para que se possa aprimorar as ações para as próximas turmas.  
553 Já é interesse, no início do ano que vem, abrir nova turma do curso. Também se  
554 entendeu que, nesse momento de contato com os municípios, seria um momento de se  
555 entender melhor como está a estrutura ambiental. Trouxe-se um questionário para  
556 coletar informações sobre essa questão e o fórum de dúvidas técnicas mais relacionadas



557 à plataforma. Deixou-se o e-mail da Diretoria, porque já é portal central, para  
558 encaminhamento de dúvidas de conteúdo. Diz que, até então, se tem tido uma interação  
559 significativa dos participantes que encaminham feedbacks, encaminham dúvidas. Tem-  
560 se tido grande aprovação desse tipo de ferramenta, o que motiva a criar nova turma no  
561 início do ano que vem. A divulgação foi feita em 853 municípios. Divulgou-se pelo site  
562 da SEMAD e também nas mídias sociais. Antes de se enviar o convite fez-se ampla  
563 divulgação de fato bem pensada e se conseguiu atingir um número muito grande de  
564 municípios. Atrelada a essa iniciativa do EAD, tem-se tentado fazer capacitações  
565 temáticas para aqueles temas que se vê serem de grande interesse da maior parte dos  
566 municípios. Fez-se uma capacitação para o município de Juiz de Fora, que foi o piloto.  
567 Havia uma demanda antiga de se fazer uma Capacitação dos postos de combustíveis.  
568 Fez-se em parceria com a SUPRAM Zona da Mata, no finalzinho de agosto, e deu  
569 muito certo. Ampliou-se essa iniciativa para os demais municípios que já licenciam e se  
570 teve uma participação de 80% dos municípios que já licenciam, considerando os  
571 consórcios. E diz que é um número muito significativo se se pensar que se fez isso com  
572 uma mobilização pequena de recursos e em uma tarde. Diz que o que se percebe é que  
573 há muita abertura e há demanda para esse tipo de iniciativa, porque não só a SEMAD é  
574 mais eficiente em sua atuação, mas os municípios fazem a diferença, pois não precisam  
575 deslocar-se até a Cidade Administrativa para ter esse tipo de informação. Consegue-se  
576 chegar mais longe e alcançar mais gente de forma muito mais rápida, muito mais  
577 eficiente. Informa que, neste mês de outubro, vai-se ter uma nova capacitação, uma  
578 sequência dessa capacitação de postos de combustíveis, que vai ser sobre áreas  
579 contaminadas, em parceria com a equipe da FEAM, e vai acontecer no dia 21. Pede aos  
580 Conselheiros que, caso tenham contato com os Prefeitos Municipais, ajudem na  
581 divulgação. Coloca-se à disposição para esclarecimentos. O **Presidente Yuri Trovão**  
582 agradece à Geovana pela apresentação. Informa que haverá um curso de Capacitação de  
583 Conselheiros disponível também na Trilha do Saber. Espera que, na próxima reunião se  
584 possa falar mais dele. Questiona se algum Conselheiro tem alguma dúvida, quer fazer  
585 algum destaque. Pede que Geovana disponibilize a apresentar para que se encaminhe  
586 aos Conselheiros. Diz que houve um problema com o técnico do IEF que iria fazer a  
587 apresentação do item 7. Ações de Prevenção e Combate a Incêndios. Passará ao próximo  
588 item da pauta e, se houver possibilidade, ele faz a apresentação. E não houver, retirará o  
589 ponto da pauta.

590 **8. Modernização do Processo de Fiscalização Ambiental. Apresentação: Semad.**

591 O **Presidente** diz que Elisângela, da SUFIS, fará a apresentação.

592 **Elisângela Tonon** diz que está lotada na Diretoria de Estratégia de Fiscalização e é  
593 Coordenadora do Núcleo de Apoio Técnico dessa Diretoria. Diz que veio representando  
594 o Subsecretário de Fiscalização César Cruz e o tema que traz é a Modernização do  
595 Processo de Fiscalização Ambiental e complementando as falas que a antecederam em  
596 relação às tecnologias que vêm utilizando na modernização do sistema de fiscalização.  
597 Diz que vai compartilhar uma apresentação. Diz que uma das competências da  
598 Subsecretaria de Fiscalização Ambiental é promover o planejamento, o monitoramento  
599 e a execução das ações de comando e controle no estado de Minas Gerais. Tanto as  
600 fiscalizações preventivas quanto as fiscalizações repressivas devem ocorrer de forma  
601 coordenada, planejada, com articulação institucional com os entes do SISEMA além dos  
602 outros entes que os apoiam nas ações cotidianas. Com vistas a desenvolver as ações de  
603 inteligência e estratégia, para promover o alcance dos objetivos, têm-se dedicado a



604 buscar formas mais automatizadas e mais tecnológicas e de alcance de população maior  
605 para que as ações sejam mais efetivas. Diz que vai falar sobre o Sistema de Fiscalização  
606 e Autos de Infração Digital, que é o SISFAE, sistema de lavratura automatizada; a  
607 Fiscalização Preventiva, um programa de governo em que se propõem ações de  
608 mobilização anteriormente a ações de fiscalização para promover a regularização  
609 ambiental, diminuição da poluição e da degradação amplificando e promovendo  
610 também informações sobre o sistema de controle ambiental. Há ainda o EAD da  
611 fiscalização ambiental que vai ao encontro do que foi falado por seus antecessores. O  
612 Sistema de Fiscalização e Autos de Infração Digital é um sistema que a fiscalização vem  
613 modernizando. Diz que se tinha a lavratura anterior em blocos de papel. Isso demandava  
614 tempo, demandava dificuldades de entendimento em relação a escrita mesmo,  
615 dificuldades quanto ao cancelamento em razão de erros de lavratura. A partir disso,  
616 pensou-se em desenvolver um sistema digital para lavraturas em *smartphones*; tem-se  
617 também a plataforma web onde é feito o gerenciamento de todas essas informações e  
618 onde também é possível fazer a lavratura dos autos de infração, autos de fiscalização e  
619 as notificações. Destaca que a busca por esse aprimoramento se deu muito em função de  
620 observações diversas. Sabe-se que no processamento dos autos de infração, via-se muito  
621 cancelamento, anulação com erros simples como ausência de assinatura do agente  
622 autuante, ausência de identificação do autuado ou aplicação da multa em reais ou em  
623 ufemgs – art, 112 do decreto 47383, de 2018; utilização às vezes de um código que já  
624 tinha sido revogado. Com esses percentuais altos de ausência de informação que não  
625 aparece em nenhuma outra parte do auto de fiscalização. Não se consegue fazer nexos  
626 entre o que foi fiscalizado e o que foi autuado, ausência do código da infração  
627 dificultando o processamento; incorreção do código da infração, onde o código não  
628 condiz com o que está descrito no auto de fiscalização. Diz que foi verificado que o  
629 SISFAI, no período de utilização, começou a ser utilizado em 2019, conseguiu diminuir  
630 60% dos casos desses cancelamentos dos autos de infração. Diz que o SISFAI promove  
631 uma informação mais completa, mais legível. A realização da fiscalização dentro do  
632 SISFAI, dentro do Smartphone é feita em módulos. O fiscal em campo tem que seguir  
633 aquela ordem, fazendo com que nenhum dado seja perdido ou esquecido, fazendo com  
634 que essa lavratura seja mais completa. Consegue-se dentro desse auto de fiscalização  
635 lançar fotos com descrições do que está sendo verificado em campo, fazer orientações,  
636 descrever o sistema de controle, caracterizar a atividade que está sendo fiscalizada,  
637 descrever não conformidades e outras informações que podem ser relevantes para  
638 lavratura de auto de infração, se for o caso. Destaca que o Sistema de Fiscalização e  
639 Auto de Infração Digital – SISFAI - teve início em 2019 com celebração de um  
640 contrato com o desenvolvedor do sistema. Em maio de 2019 foi a primeira versão  
641 implementada para a fiscalização da SEMAD. Já em outubro de 2019 há a integração e  
642 certificação eletrônica; em novembro todas as Companhias da PM Ambiental aderiram  
643 ao programa; 80 aparelhos foram distribuídos no estado. 40 aparelhos foram  
644 distribuídos para os servidores credenciados para a fiscalização da SEMAD e 40 outros  
645 aparelhos para as Companhias de Polícia Ambiental. Em janeiro de 2020 houve esse  
646 desenvolvimento para a capacidade total da lavratura e integração entre o SISFAI e  
647 outros sistemas também da SEMAD como o CAP e o SISFIS, sistema de fiscalização  
648 onde são inseridos todos os dados das fiscalizações realizadas pela SEMAD e pela PM.  
649 Mostra o mapa do projeto piloto do SISFAI, na primeira etapa, onde foram distribuídos  
650 40 aparelhos para as SUPRAMs e para a fiscalização da SEDE que fica na Cidade



651 Administrativa. Os outros 40 aparelhos foram distribuídos para as Companhias de  
652 Polícia Militar de Meio Ambiente. Com essa distribuição, foi observado que, de julho  
653 de 2019 a julho de 2020, foram lavrados mais de 9.200 documentos e mais de 2.000 e-  
654 mails disparados para cientificação. Atualmente, a lavratura dos autos de fiscalização,  
655 infração, notificação, todos têm inserções coordenadas geográficas e também relatório  
656 fotográfico. Houve integração com os sistemas CAP e SISFIS. A partir do momento em  
657 que os autos são finalizados, o agente autuante aciona um módulo específico de  
658 sincronização e envia esses dados de forma automática para o CAP e para o SISFIS. Diz  
659 que também existe a possibilidade de medição de áreas com o SISFIS, e consulta a 10  
660 camadas de restrição da base da IDE. São informações muito importantes para serem  
661 captadas no ato da fiscalização. No ato, pode-se, além de verificar a situação do  
662 empreendimento de acordo com a camada que for consultada até informar ao  
663 empreendedor sobre alguma restrição ou alguma outra informação que for necessária.  
664 O SISFAI também possui diretrizes de aplicação do Decreto 47838/20, que é o decreto  
665 para as atividades agrossilvipastoris e agroindustriais; e a gestão dos autos de infração  
666 lavrados no SISFAI acontecem na Plataforma Web. Na plataforma Web também é  
667 possível iniciar ou dar continuidade a lavraturas de autos de infração, de fiscalização ou  
668 notificação. Em julho de 2020, teve-se uma expansão do SISFAI com a aquisição de  
669 mais 250 licenças/aparelhos Smartphones que foram distribuídos para equipes da  
670 SEMAD: Fiscalização, Emergência Ambiental, Regularização e Polícia Ambiental com  
671 uso de mais de 1500 usuários. Em agosto de 2020, foram também adquiridas  
672 impressoras térmicas para modernização do processo de cientificação eletrônica. A  
673 cientificação eletrônica é o primeiro procedimento para lavratura do auto de fiscalização  
674 ou infração digital. É nesse momento que o servidor, o agente fiscal, informa para  
675 aquele que está sendo fiscalizado as formas que ele tem para receber esses documentos  
676 gerados na fiscalização. Pode ser por aplicativos de mensagens, podem ser enviados por  
677 e-mail e também por ofício. Mostra um mapa que apresenta a distribuição da segunda  
678 etapa dos aparelhos que foram para a SEMAD e para as Companhias de Meio Ambiente  
679 da Polícia Militar. Mostra os próximos passos buscando a melhoria na qualidade do  
680 sistema: modernização da estrutura de cientificação eletrônica, de acordo com o que  
681 falou anteriormente (mensagem, e-mail ou documento impresso); automatização da  
682 lavratura dos autos de fiscalização através de *check-lists* implementadas pelo SISFAI.  
683 Diz que se está buscando fazer o mapeamento da fiscalização das atividades  
684 potencialmente poluidoras, da fiscalização da flora, fauna, pesca, para colocar uma  
685 sequência de módulos dentro do SISFAI, para que, na própria lavratura, o agente fiscal  
686 siga uma orientação, tenha uma sequência de fiscalização para que nenhum dado seja  
687 esquecido, deixado de lado, para que a lavratura seja a mais completa possível. Há  
688 Modernização do Módulo de Área e a Criação de um Banco de Áreas  
689 Suspensas/Embargadas na plataforma IDE. Isso vai ser muito importante para  
690 identificação no ato da fiscalização. Um projeto de Governo é a Fiscalização Ambiental  
691 Preventiva, onde se busca a diminuição da lavratura de autos de infração em função da  
692 conscientização e mobilização feita através de ações e programas e operações de  
693 fiscalização preventiva. As ações de fiscalização de caráter preventivo têm como  
694 objetivo informar, instruir e sensibilizar a sociedade a respeito das melhores práticas  
695 ambientais. Ela pode ser desenvolvida de três formas: - Ação de Fiscalização  
696 Preventiva, é uma ação que tem um tema, é pontual ou contínua; - Operação de  
697 Fiscalização Preventiva: é um conjunto de ações preventivas realizadas num período



698 estabelecido; - Programa de Fiscalização Preventiva, que é um programa estabelecido  
699 entre SISEMA e outras entidades representativas que visa a enfrentar os principais  
700 problemas de determinada região, de um setor produtivo com o objetivo de trazer  
701 instrução, mobilizar, fazendo com que haja ganhos e retornos para o meio ambiente.  
702 Mostra um mapa executivo que está dentro do Plano Anual de Fiscalização do ano de  
703 2019, onde são distribuídas as fiscalizações preventivas do Governo naquele ano, tanto  
704 os workshops da FAPI, de que vai falar mais adiante, quanto as ações de fiscalização  
705 preventiva regionais. Diz que a FAPI é o Programa de Fiscalização Ambiental  
706 Preventiva na Indústria, que se vem desenvolvendo desde 2017 com números bastante  
707 interessantes e significativos em termos de ganho ambiental. Tem o objetivo de informar  
708 instruir e sensibilizar os empreendedores do setor industrial a respeito das melhores  
709 práticas ambientais, e da regularização ambiental em articulação com a FIEMG. Diz que  
710 esse programa é dividido em três etapas. A primeira etapa é a mobilização do setor onde  
711 são realizados workshops com representantes das instituições envolvidas que repassam  
712 informações sobre o papel de cada entidade e abertura de prazo para regularização.  
713 Neste ano, a etapa do workshop já aconteceu. Foi desenvolvida de forma digital em  
714 função do momento que se está vivendo, foi muito ampla e foi muito bem aceita e teve  
715 números significativos importantes de mobilização, de participação. Informa que a  
716 segunda etapa ocorre 90 dias depois da etapa do workshop. Aí é realizada a fiscalização  
717 ambiental. A terceira etapa é a elaboração do resultado do relatório de avaliação do  
718 Programa. Faz-se o monitoramento para verificar se os objetivos do Programa foram  
719 cumpridos dentro do que foi pensado. Houve uma evolução muito significativa do  
720 Programa ao longo desses anos, considerando que ele começou em 2017. Os métodos de  
721 seleção dos alvos foram aprimorados, todos os alvos que medem as atividades dos  
722 empreendimentos dos setores envolvidos de cada FAPI são colocados na plataforma da  
723 FIEMG. Lá estão todos os possíveis alvos de fiscalização. Lá o empreendedor ou  
724 interessado pode acessar utilizando seu CNPJ e verificar se sua atividade poderá ser  
725 alvo de fiscalização dentro do programa do ano em curso. A Plataforma FIEMG está  
726 com todas as informações necessárias, desde o cronograma, as datas dos workshops, as  
727 datas das possíveis fiscalizações, os setores ou as atividades industriais que foram  
728 selecionados para o programa daquele ano, os contatos, dúvidas frequentes, como  
729 iniciar um programa de regularização. Está muito completa essa plataforma da FIEMG  
730 e com todas as informações que podem ser de utilidade para os empreendedores. A  
731 especialização dos alvos está dentro dessa plataforma onde estão todos os  
732 empreendimentos, dentro dos setores que foram identificados para o Programa. Cada  
733 ano são setores, atividades diferentes. Também dentro dessa plataforma existem vídeos  
734 com instruções e esclarecimentos. Os próprios vídeos dos workshops estão lá também.  
735 Mostra ilustração da plataforma da FIEMG e as situações dos alvos dentro do estado de  
736 Minas Gerais. O empreendedor clica dentro do mapa e verifica se sua empresa está ou  
737 não inclusa dentro daqueles possíveis alvos de fiscalização. Informa que o Programa  
738 começou em 2017, quando as atividades foram bem amplas, passando pelas atividades  
739 minerárias, atividades industriais, metalúrgicas, químicas, alimentícias, setor de  
740 comércio e serviços. Foram realizados 17 workshops, que são geralmente realizados nas  
741 regionais da SEMAD e da FIEMG. Naquela ocasião foram realizadas 1219 fiscalizações  
742 com uma incidência de infração de 0,9%. Observa que em 2019 verifica-se a evolução  
743 do Programa onde se conseguiu reduzir essas atividades, identificando melhor, de  
744 acordo com a DN 217. Foram realizadas fiscalizações nas atividades minerárias na





745 listagem A-03 e na listagem A-05; nas atividades industriais/ metalúrgicas nas  
746 atividades B01 – B07 e B-10; industriais na C-09; e nas atividades de serviço e  
747 comércio na F-01 e F05. Foram realizados 11 workshops; houve uma incidência de  
748 infração de 6,19%. Diz que gostam de mostrar que, além da questão da fiscalização da  
749 apresentação, fazem uma correlação com o incremento na busca pela regularização. Diz  
750 que, nesse período, entre o workshop e a fiscalização, foram verificados 609  
751 requerimentos para regularização dentro dessas atividades selecionadas no Programa  
752 FAPI. Considerando-se a evolução da FAPI no período a partir de 2017, mais de 2500  
753 pessoas foram orientadas; ocorreram mais de 3400 fiscalizações, com um percentual de  
754 3,12% de infrações constatadas e a indução à regularização ambiental de mais e 4400  
755 empreendimentos. Como indicadores desse projeto estratégico da Fiscalização  
756 Ambiental Preventiva na Indústria, verifica-se um aumento de 25% no número de  
757 solicitações de licenças ambientais para as atividades abarcadas no programa em relação  
758 aos 12 meses anteriores. Frisa que isso mostra um efeito positivo à indução da  
759 regularização ambiental. Diz que se consegue monitorar a redução de 90% do número  
760 de infrações ambientais constatadas nas fiscalizações de atividades abarcadas pelo  
761 programa em relação às fiscalizações não pertencentes às ações preventivas. Isso mostra  
762 que os workshops, o acompanhamento, a mobilização do setor faz com que o meio  
763 ambiente tenha uma qualidade melhor nesses locais. Consegue-se mensurar uma  
764 redução de 74,5% na taxa de incidência de irregularidades ambientais. Dentro dos  
765 projetos de fiscalização ambiental preventiva, teve-se um programa de grande sucesso  
766 que foi o Programa Suinocultura no Vale do Piranga. Esse programa surgiu em função  
767 da realização de uma operação especial de fiscalização ambiental nos ambientes de  
768 suinocultura onde foi verificada uma qualidade muito ruim da água e também eram  
769 alvos de muitas denúncias de lançamentos de resíduos em cursos d'água sem  
770 tratamento, dentre outras não conformidades ambientais. Essa fiscalização foi realizada  
771 no Vale do Piranga nesses municípios citados, Catas Altas, Coimbra, Oratórios, Piedade,  
772 e onde há uma grande incidência de realização de atividades de suinocultura. Diz que  
773 houve um monitoramento da operação para avaliar a eficiência das ações fiscalizatórias  
774 que ocorreram no período de 2012 a 2015. Também buscou-se a mobilização do setor e  
775 aproximação com os suinocultores visando ao entendimento da situação que estavam  
776 passando e diminuição das irregularidades. Nas ações implementadas nesse programa  
777 de acompanhamento dos autos de infração, dos 17 empreendimentos autuados em 2012,  
778 16 regularizaram suas atividades; das 16 empresas autuadas apenas três foram multadas  
779 novamente durante as atividades de inspeção realizadas em 2014 e 2015, mostrando a  
780 efetividade do Programa. Foram realizadas amostragens na água do rio no ano de 2012,  
781 com 22 amostras em corpos d'água receptores de efluentes das silviculturas fiscalizadas,  
782 sendo confirmadas situações de degradação dos ecossistemas aquáticos; implementação  
783 de uma rede de monitoramento de qualidade da água pela Associação de Suinocultores  
784 do Vale do Piranga em complementação ao programa Águas de Minas do IGAM e que  
785 permitiu reconhecer a contribuição da suinocultura para a piora da qualidade das águas  
786 na região. A fiscalização contínua levou à antecipação e aumento da procura pela  
787 regularização ambiental, mostrando esse caráter de indução de regularização preventiva  
788 e a percepção pelos partícipes da importância das ações conjuntas e cooperação entre as  
789 autoridades públicas e empreendedores. Diz que a mais nova operação de fiscalização  
790 preventiva é a FAPA – Finalização Preventiva na Agricultura. Teve origem na Operação  
791 Regional de Fiscalização chamada Carimã que ocorreu no Sul de Minas, nos municípios



792 de Conceição dos Ouros e Conceição de Minas, onde foram fiscalizadas 28 fábricas de  
793 produção de polvilho. Nesses empreendimentos foram lavrados 18 autos de infração em  
794 função da inadequada destinação dos resíduos, da falta de sistemas de controle  
795 ambiental. Também foi verificado que no local há um grande emprego de uso de água. A  
796 atividade em si faz utilização de grande quantidade de água que demanda poços  
797 tubulares mais profundos, utilização de água de recursos hídricos. Isso tudo está sendo  
798 visto e orientado dentro dos workshops. Realizou-se uma reunião pública com a  
799 mobilização do setor e, posterior, a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica  
800 entre a SEMAD e a Associação dos Polvilheiros dos Município de Cachoeira de Minas  
801 e Conceição dos Ouros. Diz que m dos desafios para esse programa é a questão dos  
802 sistemas de controle ambiental da mitigação dessa degradação ambiental que ocorre lá e  
803 que foi motivo da lavratura dos autos de infração. Busca-se a adequação dos  
804 empreendimentos com relação ao descarte correto dos efluentes com a construção de  
805 estruturas para tratamento, verificação de áreas disponíveis para fertirrigação. Também  
806 é considerado o valor para a instalação dessas benfeitorias visto também que o mercado  
807 está em baixa. Diz que também se tem verificado a questão junto à Associação. Há a  
808 adequação para o reuso da água visto a grande utilização desses poços tubulares  
809 profundos. A execução das etapas de mobilização e instrução em tempos de pandemia, a  
810 FAPA ocorreu na semana passada. Houve mais de 170 participantes m quatro dias de  
811 mobilização de workshop onde foram repassadas informações quanto a regularização  
812 ambiental, quanto aos sistemas de controle ambiental ou quanto também à utilização de  
813 recursos hídricos, a busca por incentivos econômicos para criar condições de  
814 implementação dos sistemas de controle. A adesão dos associados foi bastante  
815 significativa. Complementando o que já foi falado pela Geovana e pelo Daniel, a SIFIS  
816 está preparando um curso de capacitação em Fiscalização Ambiental. Frisa que se  
817 buscou essa forma de capacitação porque é uma forma de ampliar o conhecimento com  
818 maior alcance do público-alvo; é realizado de forma on-line. Está-se desenvolvendo  
819 esse curso juntamente com a equipe da DIDP, Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas  
820 SEMAD, para Inclusão desse curso dentro da plataforma Trilhas do Saber. A  
821 capacitação está sendo desenvolvida nas temáticas: atividades potencialmente  
822 poluidoras, estratégia, fauna, flora, pesca e recursos hídricos. Esse material está sendo  
823 desenvolvido dentro das Diretorias de Extração, no Núcleo de Apoio Técnico, com o  
824 apoio também das Diretorias de Fiscalização Regionais, com o apoio também da  
825 Superintendência de regularização Ambiental na questão das revisões. O objetivo desse  
826 curso de capacitação on-line é: capacitação de agentes credenciados da SEMAD, das  
827 suas entidades vinculadas e da Polícia Militar de Meio Ambiente para atuação nas  
828 diversas temáticas que envolvem o meio ambiente; promoção do nivelamento de  
829 conhecimento e a padronização das ações fiscalizatórias no estado de Minas Gerais, a  
830 fim de garantir a amplificação da eficiência e segurança administrativa. Informa que o  
831 curso vai ser levado para Plataforma de Gestão do Conhecimento do SISEMA, que é o  
832 Trilhas do Saber. Vai estar disponível como Curso de Fiscalização Ambiental. Está  
833 sendo desenvolvido dentro das temáticas que já falou anteriormente: atividades  
834 potencialmente poluidoras, estratégias, fauna, flora, pesca e recursos hídricos. Esses  
835 cursos foram divididos em módulos. Apresenta quadro com esquema detalhado do  
836 curso. Diz que cada temática tem um estudo de caso para verificação do conhecimento  
837 adquirido pelo aluno que fizer esse curso. Vai ser um curso aberto, disponível para todos  
838 que quiserem realizá-lo. O primeiro curso a ser lançado vai ser o curso de Recursos



839 Hídricos. Ele já foi concluído pelos contuidistas e está na Diretoria de Desenvolvimento  
840 de Pessoas e está sendo colocado no Trilhas do Saber. Diz que é isso que tinha para  
841 colocar. Está à disposição para as dúvidas e a SUFIS também está à disposição para  
842 quaisquer outras dúvidas. O **Presidente Yuri Trovão** agradece a apresentação e  
843 parabeniza por sua fala. Questiona se algum Conselheiro tem alguma ponderação,  
844 algum destaque, questionamento a ser feito a Elisângela. Diz que faz um elogio à  
845 Secretaria. Como os Conselheiros verificaram pelas apresentações, a SEMAD está  
846 procurando modernizar-se seja no sistema de licenciamento eletrônico, seja na  
847 fiscalização, seja no treinamento dos Conselheiros, de terceiros que queiram saber mais  
848 da SEMAD. Não havendo questionamento, diz que segue a pauta. Vai retirar o item 7 da  
849 pauta: **Ações de Prevenção e Combate a Incêndios**. Diz que a pessoa que seria  
850 responsável pela apresentação do IEF não pode comparecer à reunião. Passa ao item 9.

851 **9. Processos Administrativos para exame de Recurso ao Arquivamento:**

852 9.1 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda. / Fazenda Santa Rita A, B e C -  
853 Silvicultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Olhos  
854 D'água/MG - PA/Nº12349/2005/002/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram NM.  
855 **RETORNO DE VISTAS pela Conselheira Laila Tupinambá Mota representante da**  
856 **Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg.**

857 O **Presidente** diz que o item 9.1 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda. já tem  
858 destaque. Diz que vai inverter a pauta. Se não houver destaque no Item 9.2, já coloca em  
859 julgamento. Diz que a pauta está invertida para ao item 9.2

860 **9.2 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda.** / Fazenda Chapada A - Produção de  
861 carvão vegetal, oriunda de floresta plantada - Jequitai/MG - PA/Nº  
862 12069/2004/005/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram NM.

863 O **Presidente** questiona se há destaque. O **Conselheiro Daniel Piovanelli**, representante  
864 do Ministério Público, diz que o Ministério Público vai abster-se nas duas votações nos  
865 termos do art11 do Ato da CGMPnº2 de 2020. O **Presidente** diz que está registrada a  
866 abstenção do Conselheiro Dr. Daniel Piovanelli. O **Presidente** diz que não havendo mais  
867 destaques coloca em votação o item 9.2 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda.

868 Inicia a votação: SEAPA: Sérgio, favorável; SEDE, Benigno, ausente; IDENE: Márcia,  
869 favorável; SEINFRA: Leander, favorável; EPAMIG: Poliana, favorável; O **Presidente**  
870 pede que cada um fale o nome e a entidade que representa. SEDESE: José Renato  
871 favorável; PMMG: Sargento Marques: favorável; CRBIO 4: Sabrina, favorável;  
872 MPMG: O **Presidente** informa que houve abstenção pelo Dr. Daniel e os motivos já  
873 expostos; Prefeitura Montes Claros: Vinicius Queiroga favorável; FIEMG: Laila,  
874 favorável;

875 FAEMG: Juvenal, abstenção. O **Presidente** questiona se quer justificar sua abstenção.

876 O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que não teve tempo para  
877 tomar conhecimento total do processo. FEDERAMINAS: Dirceu Martins, favorável;

878 Sindicato dos Produtores Rurais: Hilda, favorável; GRUFINCH: Edmundo, abstém-se  
879 por não ter tido tempo de analisar o processo; ADISC Rosimeire favorável; CAA:  
880 Álvaro Carrara favorável; ICA/UFMG Rúbia favorável; FASAMOC: Wesley  
881 favorável; OAB Henrique Tondinelli: favorável. O **Presidente** diz que quer voltar em

882 relação à SEDE. Questiona se o Conselheiro Benigno está presente. Diz que, se ele  
883 quiser, pode votar pelo chat e se faz a leitura na mesa. Diz que ele está on-line, mas não  
884 consegue ouvi-lo. Questiona se ele consegue ouvir ou votar pelo chat. Diz que vai  
885 colocá-lo como ausente. **Vânia**, da Assessoria dos Órgãos Colegiados, diz que está tentando



886 fazer contato com ele, porque parece que o microfone dele é que está com problema. Diz que já  
887 entrou em contato com ele pedindo para votar pelo chat. **Vânia** informa que o telefone dele está  
888 fora de área ou desligado. Não conseguiu contato. O **Presidente** agradece. Diz que vai colocá-lo  
889 como ausente. O **Presidente** informa que o **recurso foi indeferido por 16 votos**  
890 **favoráveis, 03 abstenções e 01ausência.** O **Presidente** diz que volta ao item 9.1  
891 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda. / Fazenda Santa Rita A, B e C - Silvicultura  
892 e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Olhos D'água/MG - PA/Nº  
893 12349/2005/002/2013 - Classe 3. **RETORNO DE VISTAS pela Conselheira Laila**  
894 **Tupinambá Mota representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas**  
895 **Gerais - Fiemg.**

896 O **Presidente** diz que a Conselheira Laila não apresentou relato por escrito, mas tem  
897 direito, conforme o Regimento, de se manifestar em relação ao ponto de pauta para o  
898 qual solicitou vista, Lembra que, nesse caso, quando as vistas não são entregues  
899 tempestiva e de forma por escrito, não servirá para efeitos de fato novo, ou seja, se a  
900 Conselheira Laila trouxer um fato novo, ele não pode ser objeto de vistas em função  
901 disso. Diz que ele pode retirar de pauta, baixar em diligência, mas não pode ensejar  
902 novas vistas em função de qualquer fato novo que a Conselheira trouxer. Passa a palavra  
903 à Conselheira. Diz que, como não há inscritos, fica a cargo da equipe posteriormente  
904 fazer os destaques. A **Conselheira Laila Tupinambá Mota**, representante da FIEMG,  
905 diz que, conforme o Presidente falou, não apresentou relato de vistas. Entendeu,  
906 conforme foi conversado na última reunião, em alguns outros processos em caso de  
907 arquivamento, dependendo da pendência que o empreendedor deixou para apresentar  
908 que ensejaram o arquivamento, acha que é possível reverter isso sem precisar de um  
909 novo processo. Diz que gostaria de ouvir o empreendedor para ouvir suas justificativas  
910 antes de dar seu voto. Como o Presidente diz que não há nenhum inscrito, sugere que se  
911 coloque o processo em votação.

912 O **Presidente** questiona se algum Conselheiro quer fazer destaque. Questiona a equipe  
913 da SUPRAM NM se quer fazer destaque. Coloca em votação o item 9.1 Brascan  
914 Empreendimentos Florestais Ltda. / Fazenda Santa Rita A, B e C - Silvicultura e  
915 produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Olhos D'água/MG - PA/Nº  
916 12349/2005/002/2013

917 Inicia a votação: SEAPA: Sérgio, favorável; SEDE: Benigno,ausente; IDENE: Márcia  
918 Versiani, favorável; SEINFRA: Leander, favorável; EPAMIG: Poliana, favorável;  
919 SEDESE: José Renato, favorável; PMMG: Sargento Marques, favorável; CRBIO 4:  
920 Sabrina, contra o parecer, visto que a SUPRAM deu ao empreendedor todas as chances  
921 de sanar o projeto. O arquivamento e o início de um novo processo de regularização o  
922 pode levar a sociedade a um risco maior..... Dito isso, entende que, se for dada uma  
923 chance ao empreendedor de ser colocadas mais regras de comando e controle do  
924 processo, pode ser que o empreendedor assuma e se comprometa a tomar de forma mais  
925 séria as responsabilidades frente às obrigações legais. MPMG: O **Presidente** informa  
926 que houve abstenção pelo Dr. Daniel e os motivos já expostos; Prefeitura de Montes  
927 Claros: Vinicius Queiroga, favorável; FIEMG: Laila diz que vai abster-se do voto.  
928 Justifica que gostaria de ter ouvido o empreendedor. Como ele não fez a inscrição, ainda  
929 assim acredita que poderia ser revertido isso. Ficaria mais segura se o tivesse escutado.  
930 FAEMG: Juvenal, abstenção pela mesma razão anterior. O **Conselheiro Juvenal**  
931 **Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que não teve tempo para tomar conhecimento total  
932 do processo. FEDERAMINAS: Dirceu Martins, favorável; Sindicato dos Produtores



933 Rurais: Hilda diz que acompanha o voto da Conselheira Sabrina. Diz que viu o projeto,  
934 leu a justificativa. Algumas justificativas do não cumprimento das inconformidades  
935 acredita que possam ser revertidas. A grande maioria das condicionantes, das  
936 necessidades foram estudadas e apresentadas. Entende que é um processo longo,  
937 oneroso para todos, tanto para o setor público que analisa como para o empreendedor.  
938 Acredita que algumas dessas situações que foram consideradas inconformidades  
939 poderiam ser revertidas.O **Presidente** observa que a Conselheira Hilda está votando  
940 contrário ao parecer.GRUFINCH: Edmundo abstém-se alegando a mesma justificativa  
941 da Conselheira Laila. Acha que ela está certíssima. Concorda com ela.ADISC  
942 Rosimeire. O Presidente diz que ela está votando favorável pelo chat.CAA Álvaro  
943 Carrara favorável;ICA/UFMG Rúbia favorável;FASAMOC:Weslei, favorável;OAB:  
944 Henrique Tondinelli: favorável. O **Presidente** diz que volta no Conselheiro Benigno.  
945 Questiona se ele conseguiu entrar. Não está conseguindo manifestar-se. Coloca-o como  
946 ausente. Informa que **o processo pela manutenção do arquivamento teve 13 votos**  
947 **favoráveis, 02 votos contrários, 04 abstenções e 01 ausência.Vânia**, da Assessoria  
948 dos Órgãos Colegiados, diz que se colocou no chat para os Conselheiros se inscreverem  
949 no canal de reuniões do COPAM e CRH.O **Presidente** reforça a solicitação de Vânia  
950 para que os Conselheiros se inscrevam nos canais do COPAM e CRH (Youtube).Dar um  
951 like e ativar o sininho.Vânia adverte que alguém está chamando.O **Conselheiro**  
952 **Benigno Antônio Oliva Santos**, representante da SEDE,questionase ainda pode votar.  
953 Diz que está tentando falar, mas teve problema e só agora conseguiu resolver. Diz que  
954 estava ouvindo, mas não conseguia ser ouvido.O **Presidente** se desculpa e diz que teve  
955 que dar andamento à reunião. Diz que vai considerar a presença do Conselheiro, mas  
956 nas votações colocou que estava ausente no momento da votação. Para efeito em relação  
957 à presença do Conselheiro na reunião, está garantido. O **Presidente** diz que são 15:42h.  
958 Dá por encerrada a reunião. Agradece a presença de todos e que Deus abençoe.  
959 **11. Encerramento**  
960 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual  
961 foi lavrada a presente ata.  
962 Esta é a síntese da reunião do dia 13 de outubro de 2020.  
963